

# INFLAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO AO FINAL DO ESTADO NOVO

Francisco Luiz Corsi

(FFC - UNESP/ flcorsi@uol.com.br)

## Resumo:

O presente artigo trata das políticas de combate à inflação no período final do Estado Novo (1943-1945), marcado por crescente pressão inflacionária no contexto do final da Segunda Guerra Mundial e de crise do regime. Defendemos aqui a proposição segundo a qual as políticas que buscavam debelar a inflação estavam subordinadas a diretriz de manter o crescimento econômico. O combate à inflação baseava-se sobretudo no controle de preços e em medidas voltadas para a ampliação da oferta.

Palavras-chave: Estado Novo, inflação, crescimento econômico

## Abstract:

This article is about the measures that were taken against the inflation in the final period of Estado Novo. Characterized by an inflationary pressure increasing in the end of World War II and the regime crisis. We stand for the idea that the measures concerning the end of the inflation were subordinate to the economic development. The struggle against inflation was mainly based on the control of the prices and measures to extend the supply.

Key Words: Estado Novo, inflation, economic development

## I – Introdução

O presente artigo trata das políticas de combate à inflação no período final do Estado Novo (1943-1945), marcado por crescente pressão inflacionária no contexto do final da Segunda Guerra Mundial e de crise do regime. Defendesse aqui a proposição segundo a qual as políticas que buscavam debelar a inflação estavam subordinadas a diretriz de manter o crescimento econômico. Vargas procurou manter o seu projeto de desenvolvimento como a viga mestra de sua política, mesmo porque ele era vital para sua sustentação e sobrevivência política.

A entrada do Brasil na guerra, que significou, entre outros aspectos, a consolidação do alinhamento brasileiro aos EUA<sup>1</sup>, fissurou o até então aparente monolítico Estado Novo. A crise ministerial de julho, vinculada à tentativa de repressão do crescente movimento popular a favor da entrada na guerra ao lado dos aliados, alijou os setores mais identificados com o eixo do governo<sup>2</sup>. Esses movimentos logo se desdobraram em ações contra a ditadura. Mas até fins de 1944 a oposição não teve forças para acelerar o processo de desagregação do regime. Vargas utilizou habilmente o estado de guerra como base de uma política de unidade nacional, para justificar a união de todos os brasileiros em torno do Estado Novo. Ao mesmo tempo em que, por um lado, radicalizava o discurso industrialista e nacionalista, sem, contudo, abandonar a aliança estratégica com os EUA, apesar das crescentes pressões destes pelo fim da ditadura. Por outro, buscava aproximar-se da classe trabalhadora, conclamando-a a se mobilizar e participar dos sindicatos oficiais, com o objetivo de recompor suas bases de sustentação em virtude do paulatino afastamento de setores das classes dominantes que até há pouco tempo o apoiavam<sup>3</sup>. O aprofundamento da política trabalhista era a maneira pela qual Vargas buscava bases políticas e sociais para tentar conduzir a transição do regime.

De acordo com Paranhos (1999, p. 131 e 141):

*[a adesão à luta contra o nazi-fascista] imporia ao governo a obrigação de considerar, de uma forma ou de outra, a necessidade de alternativas institucionais [...] Tratava-se, no fundo, de deflagrar uma operação política que assegurasse, no que fosse possível a manutenção do 'Estado Novo' e/ou, na pior das hipóteses, que garantisse ao menos a continuidade política de Getúlio Vargas e seus aliados [...] Nesse período (1942/1943), se insuflará mais energia e dinamismo à política trabalhista do Governo Vargas, em seu esforço para capturar politicamente as classes populares [...] À ênfase conferida ao*

---

<sup>1</sup> O processo de alinhamento do Brasil aos EUA teve início em 1939 com a chamada Missão Osvaldo Aranha. Este processo não foi nada linear e no seu decorrer o governo Vargas buscou condicionar o apoio brasileiro aos aliados ao fornecimento de armas e a concessão de financiamentos para o desenvolvimento do Brasil. Os recursos para levar a cabo o estratégico projeto de Volta Redonda e para a constituição da Companhia Vale do Rio Doce foram, por exemplo, obtidos no bojo desse processo. Também decorreram do alinhamento aos EUA os acordos comerciais, assinados a partir de 1942, de fornecimento de matérias-primas, que tanto contribuíram para impulsionar as exportações brasileiras. A aliança com os EUA foi a linha mestra da política externa durante esse período. Ver a respeito Corsi, (2000).

<sup>2</sup> Ver a respeito Carone (1976, p. 285-319).

<sup>3</sup> Segundo Fausto (1988, p. 26-27), a relação entre o Estado e a classe trabalhadora passou por três fases entre 1930 e 1945. A primeira, que se estendeu até 1934, caracterizada pela introdução gradual da legislação trabalhista e pela repressão à esquerda e aos setores da classe trabalhadora por ela organizado. A segunda, entre 1935 e 1942, marcada pela forte repressão à esquerda, a organização independente dos trabalhadores e pelo avanço da estrutura sindical controlada pelo Estado, que, porém, carecia de conteúdo. O objetivo era anular qualquer possibilidade de organização independente da classe trabalhadora. A partir de 1943, Vargas busca estimular a mobilização dos trabalhadores e transformar os sindicatos corporativos em organismos ativos, capazes de envolver amplos setores da classe e dar suporte as iniciativas estatais.

*mito da doação da legislação trabalhista se somarão o elogio ao 'Estado Autoritário' e o anúncio da 'fundação' do paraíso da concórdia e da conciliação de classes, o que remeterá, no final das contas, ao culto ao 'Estado -Providência'.*

Observa-se a tentativa do governo Vargas de transformar a simpatia difusa dos trabalhadores em um apoio político por meio de ampla propaganda e de medidas voltadas para os seus interesses, como por exemplo, a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o aumento de 30% no salário mínimo em 1943. O discurso oficial construiu uma ideologia da outorga dos direitos trabalhistas, na qual Vargas aparece como o "pai dos pobres" e que seria a base de sua política trabalhista daí para frente (GOMES, 1988)<sup>4</sup>. Contudo, o mito de Vargas como “o pai dos pobres” não se sustentava apenas com discurso e propaganda governamental. Como assinala Ferreira (2003, p. 19): “não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade”. A legislação trabalhista representava o reconhecimento político e social dos trabalhadores pelo Estado.

Neste contexto, a oposição liberal, que vinha crescendo desde o final de 1944, logo percebeu, como indicou Bastos (2004), que um dos pontos vulneráveis de Vargas era a escalada inflacionária, que tanto afligia a classe trabalhadora pressionada pela forte carestia, e não tardou em explorar esse ponto. Imputar à política do governo a culpa pela inflação abria a possibilidade de disputar o apoio das massas urbanas, que até então tendiam a apoiar Vargas. A oposição liberal passou a ter como um de seus eixos políticos na sua luta pela derrubada da ditadura o problema da inflação, que teria no excesso de gasto público a sua causa fundamental (BASTOS, 2004).

Esta postura contribuiu para tornar a questão da inflação um dos temas centrais do debate que se travava em relação aos rumos da economia brasileira desde fins de 1943. Este debate teve início no I Congresso Brasileiro de Economia (1943) e estendeu-se ao I Congresso Brasileiro da Indústria (1944), a Conferência de Teresópolis (1945) e a imprensa. Mas seu ponto alto foi a celebre polêmica entre Roberto Simonsen, principal liderança da burguesia industrial, e Eugênio Gudin, expoente do pensamento liberal no Brasil, sobre a

---

<sup>4</sup> Como assinala Gomes (1988, p. 309): “o trabalhismo como ideologia política centrada na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação – direta e emocional – que ele se propunha manter com a massa assalariada, vinha sendo construído dentro do Ministério do Trabalho desde 1942”

questão do planejamento econômico, travada, entre fins de 1944 e o primeiro semestre do ano seguinte no interior de comissões e conselhos do Estado e na imprensa.

Simonsen defendia amplo planejamento econômico como forma de fomentar a industrialização. O Brasil não seguiria a via clássica de desenvolvimento. Ou seja, ele considerava que a industrialização dependia da ação estatal na economia. Esta deveria ocorrer em vários níveis. O Estado deveria assumir os setores que a iniciativa privada nacional e estrangeira não estivessem dispostas e/ou em condições de desenvolver. Deveria também fomentar o capital nacional por meio de subsídios fiscais e creditícios e de forte proteção tarifária, além de submeter à política monetária e creditícia à meta de garantir altas taxas de crescimento. O crescimento acelerado com base na indústria seria a única maneira de resolver o problema da pobreza da maioria da população brasileira. O financiamento da industrialização basear-se-ia, em parte, em capitais e recursos públicos norte-americanos, que deveriam fluir em grandes quantidades para o país após o término do conflito mundial. Simonsen considerava, aliás como boa parte de seus contemporâneos, que éramos credores dos EUA pelo apoio dado aos aliados na guerra. Sua proposta também contemplava o desenvolvimento da agricultura, necessário para assegurar o equilíbrio da economia e o próprio avanço da indústria, por meio de subsídios fiscais e creditícios e da formação de um banco agrícola. Mas a ênfase de suas colocações recaía no desenvolvimento industrial. Na sua proposta, as políticas fiscal, monetária e creditícia deveriam estar subordinadas ao crescimento econômico (CORSI, 1991)<sup>5</sup>.

Gudin defendia uma proposta de desenvolvimento econômico baseado na modernização da agricultura, na industrialização mais equilibrada com o crescimento do setor agrícola, na ampla abertura da economia brasileira, na ampla participação do capital estrangeiro, na não intervenção do Estado na economia e no equilíbrio das contas públicas e externas. O desenvolvimento brasileiro deveria guiar-se pelas vantagens comparativas do país, o que significava enfatizar a agricultura. Embora não fosse contra a industrialização, na

---

<sup>5</sup> A proposta de Simonsen foi elaborada no interior do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), do qual ele foi um dos articuladores e conselheiro, ao longo de 1944. No final desse ano, Vargas, temendo pela projeção política que Simonsen vinha ganhando e buscando não se identificar com os empresários, cada vez mais vistos como grandes beneficiários da alta dos preços, encaminhou a proposta de planejamento da economia brasileira para ser analisada pela recém-criada Comissão de Planejamento Econômico. Gudin foi o parecerista da proposta nessa comissão. O parecer de Gudin veio à luz no início de 1945, desencadeando intenso debate sobre a economia brasileira e seus caminhos futuros (CORSI, 1991; BASTOS, 2004. Os próximos parágrafos baseiam-se nessas obras).

sua proposta a indústria ocuparia um espaço bem menor do que na proposição de Simonsen. A excessiva intervenção do Estado e o elevado protecionismo impediriam o bom funcionamento do mercado e, portanto, a correta alocação dos fatores de produção entre os setores da economia. A ação do Estado na economia que perturbava o bom funcionamento do mercado e a adoção de medidas equivocadas de política econômica teriam favorecido a indústria em detrimento de outros setores, em particular da agricultura. O resultado, em uma situação de forte aquecimento econômico, que indicaria uma situação de pleno emprego, seria a escalada dos preços, decorrente sobretudo dos elevados déficits públicos e dos elevados superávits comerciais (CORSI, 1991; BASTOS, 2004).

Na sua visão, seria necessário restabelecer os mecanismos de mercado pela redução do papel do Estado na economia e pelo fim das medidas protecionistas, que tanto tinham favorecido os industriais, possibilitando-lhes lucros extraordinários. No curto prazo, o problema da inflação seria o mais premente a ser atacado e o governo não vinha conseguindo enfrentá-lo, em virtude da política econômica expansionista que adotava. O remédio seria o corte do gasto público, do crédito e da emissão de moeda e a abertura econômica.

No debate, Gudin procurou, de um lado, indicar as inconsistências conceituais e teóricas da proposta de seu oponente e, de outro, identificar o planejamento econômico com o regime autoritário em crise. Planejamento e democracia seriam incompatíveis. O planejamento proposto por Simonsen beneficiaria apenas uma parcela diminuta do empresariado, exatamente aquela que sobrevivia somente graças às benesses que recebia o Estado.

Apesar da resposta de Simonsen, que procurou demonstrar que o planejamento econômico não era uma política característica de regimes autoritários e corporativos, e que sua proposta não visava à defesa dos interesses corporativos do empresariado, mas sim o interesse nacional, as propostas liberais de Gudin ganharam terreno à medida que a situação do Estado Novo se deteriorava, a guerra chegava ao fim e a economia mundial parecia caminhar para uma reorganização pautada no livre comércio e na livre circulação de capitais. A resolução do problema da inflação, como a chave para a estabilidade, ganhou crescente destaque nesse contexto.

## **II - A política de combate à inflação**

A partir de 1943 a economia brasileira voltou a apresentar um bom desempenho até 1945, depois de uma fase de baixo crescimento entre 1939 e 1942, decorrente, provavelmente, dos amplos impactos da guerra no Brasil. Em 1943, a economia cresceu 8,5%. No ano seguinte, 7,6% e, em 1945, 3,2%, cabendo destacar o desempenho o setor industrial como líder do crescimento. Os superávits comerciais, que vinham crescendo desde 1941, continuaram a fazê-lo no período em pauta, mantendo uma média anual de 282,7 milhões de dólares entre 1943 e 1945. Neste período a inflação não parou de crescer, seguindo também tendência delineada a partir de 1941. Os preços ao consumidor no Rio de Janeiro aumentaram 10,2%, em 1943, 12,9%, em 1944 e 16,7% no ano seguinte (ABREU, 1992, p. 298-401)

Gudin, um dos principais críticos do governo à época, creditava a elevação dos preços, sobretudo, aos déficits públicos, coberto por meio de emissão, e ao acúmulo de saldos positivos na balança comercial, que implicavam na emissão de moeda para comprar as letras de exportação. O excesso de dinheiro em circulação geraria pressões inflacionárias, dado que a economia estaria em situação de pleno emprego. Quadro agravado pela redução das importações. Os preços também estariam sendo pressionado em virtude e um desequilíbrio setorial entre os investimentos no setor de bens de capital e os gastos com a produção de bens de consumo, sobretudo derivados do incremento da construção civil e, principalmente, das obras públicas. Nesta situação, advogava que o governo deveria ter adotado medidas para restringir a liquidez. Ao não fazê-lo, ou fazê-lo de forma insuficiente, teria sancionado a inflação. Recomendava o equilíbrio tanto do orçamento normal quanto do de guerra, que deveria ser financiado por meio do lançamento de obrigações de guerra; colocação no mercado de obrigações especiais, que deveriam ser obrigatoriamente subscritas pelos exportadores, pelas empresas com lucros excessivos e pelos institutos de previdência social, com o objetivo de absorver a liquidez; redução drástica dos investimentos públicos; aumento e impostos e permissão para que o público pudesse adquirir ouro (GUDIN, E., 1944; SIMONSEM, R. e GUDIN, E., 1977; MALAN, P., 1977).

Sousa Costa, ministro da Fazenda, embora também considerasse que os desequilíbrios orçamentários e os superávits comerciais fossem causas importantes da inflação, enfatizava a escassez de mercadorias decorrentes da situação de guerra na elevação dos preços. O governo Vargas também concordava com aspectos do diagnóstico que a Missão Cooke fez da inflação segundo o qual uma de suas causas importantes residiria no caráter “oligopolista” do setor

industrial e nos problemas de distribuição de mercadorias (A MISSÃO COOKE, 1948, p. 94-95). Para o ministro o enfrentamento do problema da inflação estava subordinado à necessidade de manter o crescimento do país. Desenvolvimento como base da autonomia nacional era a viga mestra da política econômica de Vargas. Em 1945, respondendo aos ataques da oposição liberal, assinalou:

*Se o governo tivesse deliberado reduzir o meio circulante em correspondência integral com a diminuição de entrada de mercadorias do estrangeiro, evitaria em parte a elevação dos preços dos produtos nacionais, mas simultaneamente, teria dificultado sobremaneira está produção destinada a fazer as vezes dos produtos que não pudessem ser importados. E, como muitos deles são absolutamente indispensáveis à economia nacional, como sejam os combustíveis, adotado tal política, ter-se-ia provocado uma depressão em plena, seria uma providência favorável do ponto de vista monetário, mas contrária ao estímulo da produção” (SOUSA COSTA, 1945, p. 39-40).*

Um documento do Ministério da Fazenda, datado de 1944 e classificado como confidencial, considerava que as principais causas da inflação eram as seguintes:

*O estudo feito demonstrou que as elevações de preço são simplesmente sintomas de arraigados distúrbios econômicos e que o tratamento desses sintomas não atinge as fontes do problema. Indicava o referido estudo [referência a estudo realizado no Ministério da Fazenda] como fatores básicos de grande importância, as insuficiências de produção, os transportes inadequados e a distribuição do poder aquisitivo [...] Deve-se também mencionar [...] a inflação de crédito no Brasil (apud CORSI, 1991, p. 101).*

Este documento sugere que para o Ministério os principais determinantes da inflação eram de ordem estrutural e não monetária. A partir dessa concepção, a política de combate à inflação baseava-se em uma série medidas, quais sejam: controle de preços, “racionalização” da produção e dos meios de transportes, medida antitruste, controle dos salários e incremento da oferta. Buscava-se de forma moderada também o equilíbrio das contas públicas e o enxugamento da liquidez. Apesar desses objetivos não terem sido cumpridos, medidas nessa direção foram adotadas. A dificuldade de colocação títulos públicos no mercado, que só conseguiam ser absorvidos por meio de medidas que obrigassem sua subscrição em virtude da debilidade do sistema financeiro e da baixa renumeração dos títulos, estreitava a margem de manobra do governo, que tinha que enfrentar oposição considerável a essa medida, e denotava o irrealismo de muitas das propostas da oposição liberal. Esta dificuldade obrigava ainda mais o governo a adotar políticas expansivas para manter o crescimento. A alternativa seria aplicar forte política recessiva, o que não parecia estar no horizonte político de Vargas, sobretudo em um contexto de crise do regime.

A política fiscal foi expansiva, embora o governo tivesse como meta declarada o equilíbrio das contas públicas e tenha buscado cumprir a meta. Mesmo que em níveis

inferiores aos verificados no período 1930-1942, observa-se a ocorrência de déficits em todos os anos do período 1943-1945. Entretanto, a análise das finanças públicas no período, como mostraram Szmrecsány e Coutinho (1990), deve englobar tanto os orçamentos da União quanto os orçamentos do Plano de Obras Públicas e do Plano de Financiamento de Guerra. Para o período 1939-1945, os recursos alocados nos orçamentos dos planos e no Orçamento de Guerra equivaleram a 26% do orçamento da União. Para 1943 e 1944, as despesas reunidas nos orçamentos paralelos equivaleram a 40% das despesas totais da União. A despesa pública total da União (orçamento geral da União, orçamento de guerra e orçamento do Plano de Obras Públicas e Equipamentos) manteve-se em torno de 10,5% em relação ao PIB nos três anos em pauta, indicando a manutenção dos gastos em um momento de dificuldade de ampliar as receitas, o que denota a continuidade da política fiscal expansiva. (SZMRECSANYI, T. e COUTINHO, M., 1990, p. 78-80).

Em 1945, Sousa Costa, apesar de reconhecer as dificuldades, fez veemente defesa da política fiscal expansiva e procurou responsabilizar, veladamente, os empresários, que resistiam comprar os títulos públicos, pelo financiamento inflacionário do déficit do governo. Depois de listar os avanços verificados na organização militar assinalou:

No Ministério da Fazenda reúnem-se as verbas para atender o serviço da dívida pública [...] e ainda as destinadas à subscrição de capital relativo aos grandes empreendimentos industriais que o governo vem fomentando, como Volta Redonda, Vale do Rio Doce e banco da Borracha[...] basta rememorar as obras vultosas e imprescindíveis levadas a cabo pelo governo em todo o território nacional: saneamento da baixada Fluminense, obras contra as secas, ampliação das redes ferroviárias e rodoviárias, instalação da Fábrica Nacional de Motores [...] nenhuma das quais, me parece, possa ser considerada excessiva, tendo em vista a utilidade do empreendimento [...] Os planos de obras públicas foram realizados em equilíbrio Os déficits verificados no período foram cobertos com operações de crédito e se, quando agravados pelas despesas de guerra não o puderam ser inteiramente, isto não decorre da incapacidade do mercado de capitais, mas da falta de compreensão do interesse geral (SOUSA COSTA, 1945, p. 19-26)

O governo Vargas diante das dificuldades buscou formas alternativas de financiar os investimentos públicos. O Estado Novo utilizou amplamente os fundos, os programas e as entidades de administração descentralizadas dotados de recursos próprios, como O Plano de Obras Públicas e Equipamentos, O Plano de Financiamento de Guerra<sup>6</sup>, O Departamento

---

<sup>6</sup> O Plano foi instituído em 1942 e seu esquema de financiamento era o seguinte: 1- emissão de 1 milhão de contos em títulos do Tesouro nacional (com prazo máximo de 180 dias) a serem adquiridos pelos bancos comerciais; 2- emissão de 3 milhões de contos em obrigações de Guerra (estas reenriam 6% ao ano e deveriam ser obrigatoriamente subscritas por funcionários públicos, pensionistas e todos aqueles que pagavam imposto de renda; 3 emissão de moeda somente com lastro em ouro ou divisas. Essas medidas não tiveram o resultado esperado. A colocação dos títulos foi lenta, o que resultou em crônico déficit do orçamento de guerra (MALAM, 1977, p. 220- e VILLRLA e SUZIGAN, , 1973, p. 220-221).



Nacional do Café, o Instituto do Açúcar e do Alcool etc., como forma de ampliar e flexibilizar o gasto público. Isto não se deveu, aparentemente, a inadequação da estrutura tributária, mas sim as dificuldades em majorar a receita pública. A composição dos tributos mudou no período, acompanhando as transformações estruturais em curso na economia. O imposto de importação, outrora o mais importante, perdeu espaço, sendo superado pelo imposto sobre o consumo, em 1940, e pelo imposto de renda, em 1942. Em 1945, o imposto sobre importações representava 11,59% das receitas da União, enquanto que os impostos sobre consumo e venda correspondiam a 31,99% e 26,55% das receitas respectivamente. O imposto sobre a renda representava 26,50% das receitas. Os programas e os fundos paralelos ao orçamento da União permitiam liberdade de ação para o Estado ampliar seus gastos em infraestrutura e na implantação da indústria de base, constituindo “uma modalidade não ortodoxa de financiamento público” (SZMRECSANYI, T. e COUTINHO, M., 1990, 73-74).

Segundo Szmrecsányi e Coutinho (1990, p. 81): “Getúlio Vargas talvez possa ser considerado pioneiro na utilização da receita tributária como ‘instrumento de desenvolvimento econômico’”.

Outro aspecto importante da política fiscal foi a criação do imposto sobre lucros extraordinários em janeiro de 1944. Este imposto não tinha por objetivo apenas enxugar o excesso de liquidez na economia, que decorria, em boa medida, dos superávits comerciais. Seu objetivo principal era criar um fundo para o reaparelhamento e a modernização da indústria no pós-guerra, estando assim articulado ao combate a inflação também pelo aumento futuro da oferta. Juntamente com esse imposto foram criados os Certificados de Equipamento. O pagamento do referido imposto poderia ser substituído pela aplicação do dobro do montante devido em Certificados de Equipamentos, que renderiam 3% ao ano e poderiam ser resgatados em moeda de curso internacional na compra de bens de capital no pós-guerra. Também foi criado o Depósito de Garantia, um seguro destinado a cobrir eventuais prejuízos da empresa, que poderia optar pela aplicação nesse fundo ao invés de pagar o imposto sobre lucros extraordinários. Em 1945, avançou-se na constituição de instituições para operacionalizar esses fundos. Foram criadas a Comissão de Investimentos e a Junta dos Lucros Extraordinários, que tinham por função operacionalizar a liberalização dos Certificados e solucionar eventuais problemas sobre o assunto.

Essas medidas enfrentaram forte resistência da burguesia industrial, que não aceitavam a tentativa do Estado restringir-lhes os lucros. Também não concordavam com a rentabilidade dos Certificados de Equipamentos, bem inferior a inflação do período. A aplicação dessa lei marca o início do afastamento dessa classe, que até então apoiava o Estado Novo, do governo, o que contribuiria para a crescente deterioração do regime.

Enfim, a política fiscal foi expansiva. As políticas monetária e creditícia também foram expansivas durante todo o período. Essas políticas contaram com firme apoio da maior parte das classes dominantes, como ficou claro nas discussões travadas no I Congresso Brasileiro de Economia, no I Congresso brasileiro da Indústria e na Conferência de Teresópolis. Em suas conclusões 3 e 4 deste último evento lê-se: “É princípio reconhecido pelas classes produtoras a subordinação da política monetária à política econômica geral de fomento das atividades produtivas e à ampliação do capital nacional” (Carta Econômica de Teresópolis, 1945).

A emissão de papel moeda, segundo Malan (1977, p. 203-212), um dos principais fatores de expansão dos meios de pagamentos, sofreu forte expansão entre 1942 e 1946, crescendo 25,7% ao ano em média, enquanto no período 1937 e 1941 este crescimento foi de apenas 6,4% ao ano. As emissões tinham um papel relevante no financiamento das atividades públicas e privadas. Ganhou relevo a atuação da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, que passou a funcionar como caixa de última instância, assegurando os recursos necessários para o Banco do Brasil ampliar suas operações. As emissões destinavam-se, sobretudo, para prover o Banco do Brasil de recursos necessários para o financiamento do Tesouro Nacional, das atividades produtivas, dos bancos comerciais, das autarquias e dos governos estaduais e municipais. Os empréstimos do Banco do Brasil ao Tesouro Nacional chegaram a absorver, em 1943, cerca de 60% dos empréstimos totais do banco, mantendo-se na média de 30%. Isto indica o importante papel desempenhado pelo banco do Brasil no financiamento do déficit público, sancionando gastos que não foram cobertos por recursos tributários, empréstimos externos e colocação obrigações no mercado (MALAM, 1977, p. 228-243).

A carteira e Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI) foi um canal importante na ampliação do crédito de médio e longo prazo para as atividades produtivas, em especial para a agricultura. Entre 1942 e 1945 suas operações representaram cerca de 50% do total do crédito concedido pelo Banco do Brasil (MALAN, 1977, p. 228-243).

A expansão dos meios de pagamentos não foi compensada pela colocação obrigatória de Letras do Tesouro e Obrigações de Guerra, nem pela introdução dos certificados de equipamentos, dos depósitos de garantia e pelo imposto sobre os lucros extraordinários. Cabe destacar que o enxugamento da liquidez não visava apenas financiar gastos e neutralizar recursos monetários, mas vinculava-se também à formação de fundos de investimentos destinados a expansão e modernização da economia no pós-guerra.

A política cambial também estava em consonância com o objetivo de garantir o desenvolvimento econômico. No contexto de guerra pouco efeito teve sobre o comportamento dos preços. A taxa de câmbio estabelecida em 1939 (Cr\$ 18,50 por dólar) permaneceu sem alteração ao longo do período. Os crescentes superávits comerciais acarretaram um acúmulo de reservas que, ao final da guerra, alcançaram a cifra de 634 milhões de dólares (MALAN, 1977). Esses superávits representavam uma pressão para a valorização da moeda. Algumas análises apontam que o câmbio fixo representava uma desvalorização implícita do cruzeiro, que dificultava o combate à inflação e favorecia os setores exportadores em detrimento do industrial (HONORATO e OLIVEIRA, 1995). Porém, a valorização da moeda teria pouco ou nenhum efeito sobre o combate à inflação, pois não significaria maiores importações de combustíveis, trigo, bens de capital e insumos para a indústria pelo simples motivo de as exportações dos EUA, nosso maior fornecedor, estarem sujeitas a rígidos controles administrativos e a disponibilidade de praça marítima. Dessa forma, a valorização da moeda não implicaria aumento das importações, sendo inócua, nesse aspecto, para combater a inflação, além de desestimular as exportações, prejudicando o setor exportador sem beneficiar outros, podendo ter efeitos negativos para o crescimento. Também geraria atritos com os norte-americanos, que deveriam pagar mais por nossos produtos. O referido desestímulo às exportações poderia gerar um superávit comercial menor e, portanto, contribuir para arrefecer as pressões inflacionárias, mas reduziria os recursos que poderiam ser utilizados para o reaparelhamento do parque industrial após o término do conflito, que era uma das prioridades do governo<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> O setor exportador sofreria com a valorização, pois sua remuneração em cruzeiros seria reduzida exatamente em um momento de incremento de seus custos de produção devido à inflação. Para os industriais, uma valorização naquele momento seria inócua, pois as importações de bens de capital e matérias-primas, como já foi assinalado, não dependiam apenas do nível do câmbio. O setor industrial parecia bastante preocupado em enfrentar uma forte concorrência de produtos importados quando da normalização da economia mundial no pós-guerra, devido à valorização da moeda. As resoluções do I Congresso Brasileiro de Economia, do I Congresso da

O governo Vargas optou por manter o crescimento econômico como prioridade, não cedendo às pressões para valorizar a moeda. Ao final da guerra, contudo, discutia-se não a valorização, mas desvalorização do cruzeiro, que estaria valorizado em cerca de 30%. Para o Ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa, a valorização ou a desvalorização da moeda acabaria por beneficiar os especuladores. A desvalorização prejudicaria os compradores de títulos públicos e de certificados de equipamentos, e acarretaria uma desvalorização dos fundos destinados à modernização da economia. A desvalorização também teria efeitos negativos em relação à inflação. O governo deveria manter o valor do cruzeiro, não se deixando dobrar pelas pressões para mudar o câmbio (SOUSA COSTA, 1945; CORSI, 1991). A análise de Sousa Costa parece bastante lúcida. Como assinala Malan (1977), em uma situação marcada pela aceleração inflacionária, restrições de importações e elevação dos preços dos produtos exportados e importados, a manutenção da taxa de câmbio parece ter sido a política mais sensata.

Não podendo fazer uso amplo das políticas monetária, creditícia, fiscal e cambial para deter a subida dos preços, pois elas estavam subordinadas a meta de manter o crescimento, o governo Vargas buscou alternativas. Durante a guerra, o governo introduziu vários controles sobre o mercado. Dentre essas medidas destacam-se o congelamento dos aluguéis, o tabelamento de preços de produtos considerados essenciais, o racionamento de produtos escassos e a racionalização de setores essenciais, como os transportes. A execução dessas medidas ficou a Cargo da Comissão da Mobilização Econômica, criada em setembro de 1942, com o objetivo de preparar a economia brasileira para enfrentar a situação de guerra<sup>8</sup>. Seu âmbito de atuação era bastante abrangente, englobando o controle de importações e exportações, o racionamento de energia elétrica e combustíveis, o controle de preços e o planejamento das atividades industriais e dos transportes.

Os Setores de Preços e Abastecimento da Mobilização Econômica estavam diretamente relacionados ao combate a inflação. O Setor de Preços, que era composto pela

---

Indústria e da Conferência de Teresópolis indicam que, para esse setor, a definição de uma política tarifária protecionista, que favorecesse as importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas, era muito mais importante que a valorização da taxa de câmbio que, aliás, foi relativamente pouco discutida nesses eventos (CORSI, 1991)

<sup>8</sup> Esta comissão substituiu a Comissão de Controle e Abastecimento (1939) e a Comissão de Defesa da Economia Nacional (1940).

Comissão Federal de Preços e por comissões locais de controle, tinha por atribuição realizar levantamentos sobre preços, custos e lucros e estabelecer as regras para o controle dos preços. O Setor de Abastecimento era responsável pela elaboração de políticas voltadas para garantir o abastecimento dos mercados, principalmente no que se refere aos produtos agrícolas. Foram criadas comissões estaduais de abastecimento que tinham por objetivo, juntamente com o Setor de Preços, estabelecer o tabelamento dos gêneros de primeira necessidade e controlar o abastecimento do mercado. As principais medidas foram as seguintes: congelamento dos alugueis, controle de preços das mercadorias importadas e exportadas, tabelamento dos preços da carne, do leite, de óleos vegetais e do açúcar. Também foi introduzido o racionamento de consumo de vários produtos escassos, sendo os principais os combustíveis e os derivados de petróleo.

A implementação dessas medidas não foi nada fácil. Foi criado o Serviço Federal de Fiscalização de Preços com o objetivo de tornar efetivo o tabelamento e o controle de preços. O foco dos problemas residia na escassez de energia e combustíveis e na elevação da demanda por produtos alimentares em um contexto de crescimento relativamente lento da produção agrícola. Mas o próprio Ministério da Fazenda reconhecia os limites e os problemas decorrentes dos controles de preço. O tabelamento de preços e o racionamento estimularam o surgimento de um vasto mercado paralelo e não detiveram a carestia.

O arrocho dos salários foi utilizado no combate à inflação pelo menos até 1943, quando Vargas iniciou sua política de mobilização dos trabalhadores. Durante o período, parte da legislação trabalhista foi suspensa em nome do esforço de guerra. Até os dissídios coletivos passaram a depender de autorização do Ministério do Trabalho. O salário-mínimo instituído em 1940, segundo Vianna (1978, p. 239), beneficiou sobretudo os trabalhadores urbanos empregados no comércio e nos serviços, que tinham uma remuneração média inferior ao mínimo estabelecido por lei, mas em relação aos trabalhadores do setor industrial o mínimo situou-se próximo ao salário médio recebido por esses trabalhadores. Mesmo assim o efeito sobre a ampliação do mercado interno foi positivo. O mínimo só seria reajustado em 30% em 1943, mas é difícil precisar o impacto desse aumento na inflação.

Segundo ainda Vianna (1979, p. 251), “Entre 1940 e 1944, na Guanabara, o salário-mínimo real decaía de um índice de 100 para 81. O salário médio da mão-de-obra não qualificada para o índice de 87, descendo para taxas ainda mais aviltadas nos setores

qualificados”. Mesmo as greves desencadeadas a partir do início de 1945 depois do relaxamento dos controles sobre os sindicatos não recuperaram o poder de compra dos salários:

*O movimento grevista, que se desencadeia, apenas na aparência inaugura uma política ‘distributiva’. A rigor, consistia numa tentativa de atingir os salários reais do mercado da década de 30, depreciados em 1937 e mais ainda em 43, com a mobilização econômica para a guerra. Os metalúrgicos, por exemplo, que em suas greves de caráter econômico conseguiram de 30 a 40% de aumento, não elevaram seu padrão de vida em relação ao decênio anterior (VIANNA, 1978, p. 251).*

Seja como for, esses aumentos devem ter contribuído para a majoração da inflação, pois os empresários devem ter reagido aumentando os preços. O próprio governo reconhecia que a política em relação aos salários vinha sendo de contenção moderada. Um documento do Ministério da Fazenda, classificado como confidencial, de 1944, assinalava que a política salarial era de caráter anti-inflacionário, mas recomendava, em consonância com as novas diretrizes do governo, um aumento salarial ante a queda do poder aquisitivo dos trabalhadores, apesar de sugerir ao mesmo tempo propostas de endurecimento no combate a inflação, baseadas no corte de gastos e investimentos públicos e arrocho monetário, o que indica a existência de divergências no interior do ministério (CORSI, 1991, p. 100-101).

Outro pilar da política de combate à inflação residia no próprio programa de desenvolvimento do Estado Novo, que deveria acarretar um aumento da oferta e assim contribuir para deter a escalada dos preços. Nesse sentido as principais iniciativas do governo foram as seguintes. No setor de transportes, os principais projetos então em fase de implementação eram os seguintes: ampliação da rede rodoviária, reorganização e reforma da estrada de ferro Vitória-Minas, eletrificação da estrada de ferro Sorocabana, sinalização da estrada de ferro Central do Brasil e complementação da ligação ferroviária entre o Sul e o Nordeste do país. No setor de energia, existiam dez projetos de construção e ampliação de usinas hidrelétricas e termoelétricas. Infelizmente, não pudemos precisar quantos desses projetos estavam efetivamente em andamento. Além disso, o governo procurava equipar melhor o Conselho Nacional do Petróleo, visando intensificar a pesquisa e a produção. Dois projetos eram de maior interesse: a exploração de petróleo na Bahia e de xisto em São Paulo. O Estado também estava empenhado direta ou indiretamente na construção de fábricas e usinas em importantes setores da economia, a saber: fábricas de alumínio, de papel e celulose, de vidro plano, de álcalis, de motores de avião (Corsi, 2000).

A construção da Usina de Volta Redonda era particularmente importante, pois quando entrasse em operação acarretaria substancial aumento da oferta de aço, constituindo-se em projeto estratégico para o avanço da industrialização. Mas a empresa só entrou em operação em 1946. Outro projeto importante foi criação da Cia. Vale do Rio Doce, financiado, como Volta Redonda, por capitais ingleses e norte-americanos. (CORSI, 2000, p. 214-218).

A Comissão de Mobilização Econômica (CME) também adotou medidas que visavam o aumento da produção. Setor da Produção Industrial (SPI), departamento da CME, também criado em 1942, tinha por finalidade planejar o setor industrial do país. O SPI realizou estudos sobre a situação da indústria brasileira e propôs medidas para reorganizar, racionalizar e incrementar a produtividade do setor. Teve importante atuação nos setores siderúrgico e metalúrgico, estimulando o aumento e a diversificação da produção. Também estimulou a indústria química, de artefatos de borracha, de calçados, de vestuário e de materiais de construção. Contudo, suas realizações ficaram aquém das expectativas de seus próprios técnicos. Muitos projetos não saíram do papel. A principal causa disso parece ter sido a crônica falta de recursos (MALAN, 1977).

Paralelamente às tentativas de implementar um planejamento setorial da indústria através da CME, o governo Vargas procurou dar continuidade à experiência de planejamento global da economia iniciada com o Plano Especial de Obras Públicas e de Reparcelamento da Defesa Nacional (1939), que vigorou até 1943. Como já mencionamos, em dezembro desse ano, foi anunciado, em substituição ao Plano Especial, outro plano quinquenal, o Plano de Obras e Equipamentos. Esse plano tinha por objetivo desenvolver a indústria de base e a infraestrutura de transportes e energia. O objetivo de aprofundar o desenvolvimento aparece separado dos problemas de defesa, representando um avanço em relação ao plano anterior. A sua dotação de recursos era estimada em cerca de 5 bilhões de cruzeiros, que seriam despendidos ao longo do período de vigência (COSTA, 1971).

A principal base financeira do plano residia no fundo formado por recursos advindos da cobrança da taxa sobre as operações cambiais, instituída em 1937 (Decreto-Lei 97, de 23/12/1937), que representou cerca de 60% das receitas dos anos de 1944 e 1945.<sup>9</sup> Entretanto,

---

<sup>9</sup> Além dessa fonte, o plano contava com o seguinte aporte de recursos: lucros das operações bancárias em que o Tesouro tivesse co-participação, produtos de operações de crédito, juros das contas do plano no Banco do Brasil e dividendos da União provenientes de autarquias e sociedades de economia mista (MALAN, 1977, p. 490)

o governo Vargas não avançou na concepção e execução do planejamento econômico, embora o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), como assinalou Draibe (1985, p. 104-108), tivesse, em alguns relatórios, reconhecido as deficiências do plano de 1939 e sugerido medidas para corrigi-las. Contudo, as falhas continuaram graves: não havia um rol de projetos pré-definidos, uma comissão ou organismo responsável pelo acompanhamento e pelo controle dos projetos e um mecanismo que liberasse as verbas de acordo com o cronograma de cada projeto (estas eram liberadas em cinco parcelas iguais). Esses problemas descaracterizam o Plano de Obras e Equipamentos, tornando-o, na verdade, como o seu antecessor, um orçamento de investimentos paralelo ao orçamento da União<sup>10</sup>.

A questão do financiamento do projeto de desenvolvimento era chave. O governo Vargas procurou criar mecanismos de financiamento que não fossem inflacionários, como, em tese, o do Plano de Obras e Equipamentos. Parte dessa questão seria resolvida por meio do financiamento externo. A partir do alinhamento do Brasil aos EUA o governo Vargas condicionou a aliança, como já mencionamos, ao financiamento do desenvolvimento<sup>11</sup>. Vargas e amplos setores da classe dominante esperavam que, após o término do conflito mundial, robusto fluxo de capitais entraria no país. O concurso do capital estrangeiro era considerado fundamental para o desenvolvimento do país<sup>12</sup>.

Do ponto de vista do financiamento interno da acumulação de capital, o governo Vargas procurou reforçar e ampliar os mecanismos de financiamento das empresas privadas e do gasto público. Em 1943, foi criada a Comissão de Financiamento da Produção, cujo

---

<sup>10</sup> Para uma avaliação do Plano de Obras e Equipamentos, ver Costa (1971). Segundo esse autor, o plano, nos seus três anos de vigência, consumiu cerca de 2,81 bilhões de cruzeiros, sendo que 60% desse montante foram destinados ao Ministério da Viação e Obras públicas. O plano foi abandonado em 1946, quando o governo dele desvinculou a taxa cobrada sobre as operações cambiais. Dessa forma, ele perdeu sua principal fonte de recursos, tornando-se inviável.

<sup>11</sup> Vargas procurava colocar-se como “aliado especial” dos EUA (Moura, 1984). Para Vargas isso significava que caberia ao Brasil um papel de “potência associada” no pós-guerra e não o de um país subordinado. Vargas esperava avançar na industrialização do país com base no fortalecimento do capital nacional e do mercado interno, garantir a soberania nacional e conseguir um papel de destaque na América do Sul, contando para alcançar esses objetivos com amplo financiamento e apoio político norte-americano.

<sup>12</sup> A esse respeito Aranha escreveu em carta, datada do início de 1943, a Dutra: “Só temos motivos para acreditar que o programa Vargas de industrialização do país continue a ser executado com crescente ajuda norte-americana [...] É isso essencial e não devemos medir sacrifícios para desenvolver esse concurso” (apud HILTON, 1994, p. 411). Sousa Costa, em 1945, também foi enfático: “O concurso do capital estrangeiro é indispensável à nossa expansão e desenvolvimento e a confiança que o país lhe inspire o ponto que maior zelo exige de nossa parte” (SOUSA COSTA, 1945, p. 15).



objetivo consistia na elaboração de planos de financiamento para setores considerados importantes para a economia e a defesa nacionais. Objetivava atuar tanto no setor industrial quanto no agrícola, intervindo nos mercados e formando estoques reguladores de matérias-primas e outros produtos. Mas essa lei possuía lacunas, que a tornavam pouco eficaz, pois não estavam claros os prazos dos financiamentos e os mecanismos para reunir os capitais (MALAN, 1977, p. 366-367).

Também discutiu-se intensamente no Conselho Federal de Comércio Exterior, no Conselho de Economia e Finanças, no Departamento Administrativo do Setor Público (DASP), na Missão Cooke e no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, a constituição de um banco de investimento, capaz de estabelecer linhas de financiamento de longo prazo para investimentos de larga envergadura no setor industrial e de infra-estrutura. Também se debatia a necessidade de formação de um banco de financiamento agrícola. Esses temas ocuparam lugar de destaque nas discussões ocorridas no Primeiro Congresso Brasileiro de Economia (1943), no Primeiro Congresso da Indústria (1944) e na Conferência das “Classes Produtoras”, em Teresópolis (1945). Contudo, esses debates, apesar das várias propostas apresentadas por empresários, não resultaram em nada de concreto, em virtude, sobretudo, do irrealismo das propostas e de elas requererem excessivos recursos estatais.<sup>13</sup>

Do ponto de vista fiscal, também foi adotada uma série de medidas. Em 1942, foi criado, como já vimos, o Plano de Financiamento de Guerra e o imposto sobre os lucros extraordinários, vinculado aos certificados de equipamentos, e o Depósito de Garantia. Em 1942, o Decreto 4178 introduziu no imposto sobre a renda um sistema de alíquotas progressivas, procurando incrementar a carga tributária das faixas mais altas de renda. Um ano mais tarde, verificar-se-iam novas mudanças (Decreto-Lei 5844), objetivando aperfeiçoar a medida anterior (DRAIBE, 1985). Esses decretos, sem dúvida, contribuíram para que o imposto de renda se tornasse uma das principais fontes das receitas públicas a partir de 1944.

Apesar dos esforços em ampliar a base fiscal do Estado, os recursos continuaram insuficientes para financiar o crescente gasto público e uma ação estatal mais abrangente e efetiva em prol da industrialização. Aparentemente, não existiam condições políticas e econômicas para uma reforma tributária de grande alcance. A utilização de fundos paralelos e

---

<sup>13</sup> Ver a respeito do assunto Diniz (1978) e Corsi (1991).

de entidades de administração descentralizada, embora minorasse a carência de recursos, não resolvia aparentemente o problema do financiamento do setor estatal, que continuou dependente da ampliação do crédito e da emissão de moeda (DRAIBE, 1985, p. 119-124; SZMRECSÁNYI e COUTINHO, 1990). Porém, observam-se avanços na formação de fundos voltados para financiar a iniciativa privada.

A formação de fundos para a modernização e reaparelhamento da indústria no pós-guerra, considerada importante para ampliar a capacidade produtiva e, por conseguinte, ajudar a debelar a inflação, estava vinculada ao processo de controle de importações, pois a questão que se colocava era como utilizar as reservas acumuladas durante a guerra. No início da guerra, o governo Vargas não tinha uma definição clara de uma política aduaneira, ou de um sistema de controle de importações, que favorecesse seletivamente as importações de bens de capital e de matérias-primas<sup>14</sup>. Com a guerra, a situação começou paulatinamente a mudar, pois a carência de importações passou a exigir um controle mais rigoroso do comércio exterior. Paulatinamente, foi se constituindo um arcabouço institucional de controle das importações. Esse processo culminou, em janeiro de 1945, com a promulgação da Portaria Interministerial n.º 7, assinada pelos ministros da Fazenda e das Relações Exteriores. A portaria estabelecia severas restrições às importações de "produtos suntuários e dispensáveis". Também instituía a Comissão de Estudos das Importações, destinada a classificar os produtos nas categorias de bens essenciais ou supérfluos, estabelecendo listas a partir das quais realizar-se-ia o licenciamento das importações. O objetivo era claro: resguardar as reservas acumuladas durante o período de guerra e utilizá-las preferencialmente no reaparelhamento do parque industrial (MALAN 1977, p. 453)<sup>15</sup>.

A preocupação com formação de fundos para financiar a modernização da economia também estava presente na resolução do problema da dívida externa. Um dos objetivos da renegociação da dívida externa também era resguardar recursos para financiar o setor industrial no pós-guerra. Esta postura ficou clara na negociação do acordo de 1943. O acordo ao garantir uma redução da dívida e dos pagamentos de seus serviços aos credores não

---

<sup>14</sup> O monopólio do câmbio, associado à moratória de 1937, embora tenha significado a subordinação da política cambial à manutenção do desenvolvimento econômico, não implicou o estabelecimento de um controle seletivo de importações.

<sup>15</sup> Essa portaria seria revogada logo após o fim do Estado Novo, por meio da resolução Interministerial 258, datada de 28/12/1945.

comprometeu as reservas, como queriam os norte-americanos, e desta maneira abria a possibilidade de utilizá-las no financiamento do desenvolvimento (CORSI, 2000, p. 244 – 251)<sup>16</sup>.

Este conjunto de medidas não conseguiu deter a inflação. Uma avaliação do programa de industrialização do governo Vargas mostra que os resultados foram relativamente modestos. O próprio governo tinha clara consciência dos limites de suas políticas. Documento do Ministério da fazenda assinala: “Os sintomas da inflação no Brasil são evidentes e não carecem de comentários especiais. As medidas de controle sobre os preços têm sido em grande parte dirigida a esses sintomas e apesar dos heroicos esforços já envidados [...] os preços continuam a se elevar” (apud CORSI, 1991, p. 101).

A persistência da inflação abriu espaço para o crescimento da oposição liberal, que responsabilizava o governo pela situação. O discurso da oposição tinha repercussão entre a classe trabalhadora, que sofria com a carestia. Esta questão começou a ganhar cada vez mais espaço no contexto de crise do Estado Novo. Para evitar que a oposição liberal capitalizasse o descontentamento popular e responder a crescente elevação dos preços, Vargas promulgou a Lei dos Atos Contrários à Economia Nacional, a chamada "Lei Malaia", em junho de 1945. Ela estabelecia medidas para impedir a formação de cartéis e trustes, ou qualquer outra forma de manipulação de preços. Para operacionalizar essas medidas foi criada a Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE), cujas atribuições eram as seguintes. Intervir nas empresas envolvidas em atos considerados contrários à economia nacional, podendo inclusive desapropriá-las. A fusão, a incorporação e a dissolução de empresas de vários setores (indústrias bélicas, básicas, editoriais, de rádio e teledifusão etc.) dependiam de prévia autorização da CADE. Essas empresas, quando organizadas na forma de sociedades anônimas, teriam, além disso, seu capital dividido em ações nominativas. Os funcionários da CADE teriam acesso a todos os livros e documentos das empresas. Em relação às empresas estrangeiras, a lei admitia a possibilidade de desapropriá-las sem indenização em dinheiro (CARONE, 1982, p. 196-203 CORSI, 2000).

---

<sup>16</sup> Nas palavras de Sousa Costa: “A redução da dívida externa se impõe como a mais imperiosa e urgente necessidade nacional. Inúteis serão os esforços no sentido de modificar a nossa economia, elevando-a do plano agropecuário em que se tem desenvolvido para o industrial, se não for afastado esse peso morto [...] o Brasil carece de utilizar seu crédito em novas operações para o reaparelhamento de sua indústria e utilização de todo o potencial que temos para desenvolver” (apud CORSI, 2000, p. 245).

A "Lei Malaia" era dura com o capital nacional e estrangeiro. Vargas, ao decretá-la, buscava enfatizar o caráter nacionalista de o seu governo, imputar a crescente inflação, que afligia a classe trabalhadora, aos empresários e apresentar uma política consistente de controle da inflação diferente daquela proposta pela oposição. Buscava atacar outra causa importante da inflação, qual seja: a “oligopolização” de setores da economia. Não por acaso, essa medida foi decretada no mesmo momento que irrompia o movimento queremista, que, apesar de articulado pelo Ministério do Trabalho, atraiu amplas camadas populares.

A medida foi duramente criticada pela UDN, pelas associações empresarias e pelo capital estrangeiro, que a avaliavam como uma interferência inaceitável do Estado na economia. Esta medida marcou o afastamento do empresariado industrial em relação ao Estado Novo. Processo que começou a delinear-se, como já assinalamos, com a introdução do imposto sobre os lucros extraordinários. O afastamento desses setores, também descontentes e temerosos com a crescente mobilização da classe trabalhadora a partir do início de 1945, isolou Vargas, o que contribuiu para sua queda. Com o fim do Estado Novo também terminou uma experiência não ortodoxa de combate à inflação (CORSI, 1991 e 2000; BASTOS 2004)<sup>17</sup>.

### **III – Considerações Finais**

A política econômica não pode ser analisada de forma deslocada de seu contexto político e social, pois ela expressa as correlações de força entre as classes, os projetos para a nação e a inserção do país na economia mundial. A política anti-inflacionária de Vargas foi fruto dessas complexas determinações. Não podemos entender o debate da época e as alternativas que eram colocadas pelos contemporâneos sem levar em conta o contexto de

---

<sup>17</sup> Em 7 de fevereiro de 1945, o descontentamento de setores das classes dominantes em relação a Vargas e à continuidade do regime ficaria evidente na cerimônia organizada pela Associação Comercial e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo para homenagear o chefe de Estado no Teatro Municipal de São Paulo. Compareceram ao evento apenas 50 dos mil convidados pelas associações empresariais, ficando 950 lugares vagos. Também compareceram 120 representantes das repartições públicas estaduais e seis representantes de sindicatos de trabalhadores (VIANNA, 1976; CORSI, 1991)

desagregação do Estado Novo e as lutas em torno dos rumos da transição política e da economia brasileira.

O governo Vargas buscava combater a inflação de forma alternativa à ortodoxia, que concebia o problema como sendo fundamentalmente uma questão de excesso de demanda, cuja causa principal seria o excesso de gasto público. A sugestão consistia em adotar uma política restritiva, que muito provavelmente jogaria a economia em uma fase recessiva. A proposta de Vargas era manter o crescimento e debelar a elevação dos preços por meio de controle de preços, contenção dos salários e ampliação da oferta, que resultaria dos investimentos contidos no programa de desenvolvimento. Dessa forma, as políticas creditícia, fiscal, cambial e monetária estavam subordinadas a meta de sustentar o crescimento. Buscava-se o equilíbrio das contas públicas e formas alternativas de se financiar o desenvolvimento. Mas não se sacrificava o crescimento em nome da estabilidade. Esta política não era fácil de ser executada no contexto de guerra, onde se verificavam enormes carências. Ela não conseguiu estancar o processo inflacionário e as ideias liberais ganharam terreno com o fim da guerra e do Estado Novo.

#### **IV – Bibliografia**

ABREU, Marcelo P. – “A economia brasileira e a Segunda Guerra Mundial: o setor externo”. In: NEUHAUS, P.. (org.) – *Economia brasileira uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus 1980.

\_\_\_\_\_ - *O Brasil e a economia mundial (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_ (org.) - *A ordem do Progresso*. Cem anos de política econômica republicana. Rio de Janeiro: Campus 1992.

BASTOS, Pedro P. Z. – “O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no governo Dutra”. In: *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, v.VII, n. 1, jan. –jun. 2004.

CARONE, Edgard. - *A terceira república (1937-1945)*. 2º ed. São Paulo: Difel, 1982.

\_\_\_\_\_ - O Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

CARTA ECONÔMICA DE TERESÓPOLIS – Conferência das Classes Produtoras. Rio de Janeiro: s.n., 1945.

CNI/FIESP – *Congresso Brasileiro da Indústria*. São Paulo Revista dos Tribunais, 1945

CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1943 - 1946, 3v.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA COMERCIAL e INDUSTRIAL. - *A planificação da economia nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1945.

COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA. *Economia de guerra no Brasil*. Rio de Janeiro, 1946-1948, 6v.

CORSI, Francisco L. - *Os rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo (1942-1945)*. Dissertação de mestrado. Campinas: IE-UNICAMP, 1991.

\_\_\_\_\_ - *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: EDUNESP, 2000.

COSTA, Jorge G. - *Planejamento governamental: a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

DINIZ, Eli C. - *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, Sônia M. - *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAUSTO, Boris. – “*Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945)*”. *Novos Estudos CEBRAP*, n° 20. São Paulo, 1988.

FERREIRA, Jorge L. – “A democratização de 1945 e o movimento queremista”. In: FERREIRA, Jorge L. e DELGADO L. NA. (orgs.) – *O Brasil republicano. O tempo do nacional estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- FONSECA, Pedro C. D. - *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GOMES, Angela C. - *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- GUDIN, Eugênio. - *Inflação e economia de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1944.
- HILTON, Stanley. - *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- HONORATO, Cezar T. e OLIVEIRA, Geraldo B. - “A economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial”. In: COGGIOLA, O. (org.) - *Segunda Guerra Mundial. Um balanço histórico*. São Paulo: Xamã/USP, 1995.
- MALAN, Pedro et alii. - *Política econômica externa e industrialização no Brasil: 1939-1952*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- MISSÃO COOKE NO BRASIL - *Relatório*. Rio de Janeiro: FGV, 1948
- MOURA, Gerson. - *Autonomia na dependência: a política externa brasileira (1935-1942)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- PARANHOS, Adalberto. - *O roubo da fala*. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.
- SIMONSEN, Roberto e GUDIN, Eugênio - *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977.
- SOUSA COSTA, Arthur - *Questões financeiras*. Rio de Janeiro: s.n., 1945.
- SZMRECSÁNYI, Tamás e COUTINHO, Maurício - *As finanças públicas no Estado Novo: 1937-1945*. Revista de Economia Política, V.10, nº 2, abril-junho, 1990.
- VIANNA, Luiz W. - *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- VILLELA, Aníbal e SUZIGAN, Wilson - *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.